

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro promove desmonte da Receita, diz presidente de sindicato 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para acalmar policiais, ministro diz que aumento ainda não foi fechado 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Verba para reajustes no Orçamento de 2023 é insuficiente para bancar 5% 7

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Renda em queda e vida no aperto: os corres dos brasileiros que não ganham nem 1 salário mínimo 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Governo avalia ceder mais a servidor após insatisfação com reajuste de 5% 12

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Apetite da tropa 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Ajuste fiscal pela despesa mantém dívida em elevação 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Em vez de teto de gastos, falta uma meta para o investimento público' 16

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sistema tributário deve contribuir para soluções em prol da proteção e da defesa ambiental do País 18

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Assalto ao Erário (Artigo) 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Especialistas veem risco de "bomba fiscal" para 2023 20

O GLOBO - RJ - RIO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estado prevê 35% de aumento da receita em 2023 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Vozes sombrias da ditadura (Editorial) 22

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

A LDO e o legado da devastação (Editorial).....	23
O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA ECONOMIA	
Captura do Orçamento pelo Congresso é 20 vezes maior no Brasil que na OCDE.....	24
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Economia chinesa cresce 4,8% no primeiro trimestre.....	27
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
"Apagão de dados" pode levar Copom usar informações defasadas; BC nega.....	28

Bolsonaro promove desmonte da Receita, diz presidente de sindicato



Alexa Salomão

Os auditores estão mobilizados para defender a estrutura da **Receita Federal**, que sofre um sucateamento inédito, afirma Isac Falcão, presidente do Sindifisco Nacional (Sindicato dos Auditores da **Receita Federal do Brasil**).

Segundo ele, 1.200 de um total de 1.700 cargos de chefia já foram entregues porque os gestores entendem que suas equipes não têm condições de cumprir adequadamente a suas funções.

Falcão afirma que a mobilização busca preservar a estrutura do Estado, que vem sendo ameaçada pela atual gestão.

"O presidente Bolsonaro tem uma consistente política de desvalorização do serviço público, não apenas na **Receita Federal**, mas em todos os órgãos. Vivemos um permanente desmonte do serviço público, das instituições, do Estado brasileiro", afirma Falcão.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa do Palácio do Planalto para comentar a declaração e não obteve resposta.

Os auditores pedem a recomposição do orçamento da Receita, que teve corte de R\$ 1,2 bilhão, o equivalente a 51%, neste ano. No atual governo, o orçamento

passou de R\$ 3,6 bilhões, em 2019, para R\$ 1,3 bilhão neste ano. Segundo o sindicato, o montante cobre as despesas apenas até maio.

Também querem agendamento de concurso para repor 5.000 servidores que se aposentaram, o que reduziu 40% do efetivo. Reivindicam ainda a regularização da lei que criou um bônus de desempenho.

Falcão destaca que, apesar de a recomposição salarial não ser o foco dos auditores, considera errônea a ideia de os servidores, por usufruírem da estabilidade no emprego e de salários muito acima da média brasileira, deveriam dar a sua cota de sacrifício num momento de recuperação ainda frágil da economia e do mercado de trabalho.

"Se é para ter cota de sacrifício, o governo poderia estabelecê-la nos preços regulados. Em serviços de telecomunicação, de energia elétrica, combustíveis. Está tudo aumentando acima da **inflação**", afirma.

O governo ventilou a possibilidade de conceder um reajuste linear de 5%, e o sindicato dos auditores soltou uma nota avisando que isso não interrompe a mobilização. Por quê? A nossa mobilização tem motivos diferentes. Em primeiro lugar, a situação na **Receita Federal** hoje é insustentável por causa do corte no orçamento da ordem de 51%. Isso inviabiliza o funcionamento da instituição.

Além disso, 5.000 auditores se aposentaram nos últimos anos e não foi feito concurso público para a reposição. Isso reduziu o efetivo de auditores em 40%. Ou seja, a gente trabalha com 60% do efetivo. Eram mais de 12 mil, hoje são pouco mais de 7.000.

O governo também não regulamentou a lei 13.464 no prazo estabelecido pela própria lei, ou seja, descumpriu a lei.

Sobre o que trata essa lei? A lei organizou, em 2017, um programa de bonificação na Receita. Previa que o Executivo instalasse um comitê para gerir esse programa. O comitê não foi instalado até hoje.

Enfim, esses foram três motivos que levaram à

mobilização dos auditores fiscais.

E o reajuste salarial? Não é esse o tema da nossa mobilização. Nossas questões não dizem respeito a um quanto de salário, mas às condições de trabalho.

Mas um bônus não é um ganho salarial? Pode representar no longo prazo um incremento, caso o índice de metas, definido pelo governo, seja atingido [pela proposta, os indicadores de desempenho e metas são estabelecidos no planejamento estratégico da Receita].

Empresas já questionaram que o bônus pode ter o efeito inverso. Ao atrelar bonificações à fiscalização, por exemplo, alguns auditores se tornariam agressivos nas cobranças para atingir as metas, e receber o bônus. Agora, isso é impossível. Esse temor diz respeito à redação original da MP 765/2016. Ela previa que parte da arrecadação de multas comporia a base sobre a qual seria calculado o bônus de eficiência. Essa parte da medida provisória foi rejeitada pelo Congresso na conversão para a Lei 13.464, afastando definitivamente essa possibilidade.

O programa será, então, custeado por um fundo específico destinado a atividades próprias da Receita, o Fundaf, com ações como diminuição de tempo de processos, planejamento estratégico.

Quem é contra o reajuste dos servidores argumenta que milhões de brasileiros ficaram sem trabalho na pandemia, enquanto o funcionalismo público pode usufruir da estabilidade no emprego, muitos na segurança do home office. Além disso, carreiras que estão reduzindo o ritmo de trabalho têm salários altos para os padrões nacionais, estão na elite do funcionalismo. Assim, poderiam ter mais paciência e dar uma cota de sacrifício neste momento. Como o sr. vê esse argumento? Se é para ter cota de sacrifício, o governo poderia estabelecê-la nos preços regulados. Em serviços de telecomunicação, de energia elétrica, combustíveis. Está tudo aumentando acima da **inflação**, às vezes com base em preços internacionais, caso dos reajustes de combustíveis da Petrobras.

Embora a nossa mobilização aponte para problemas estruturais e não salariais, em termos gerais, eu também discordo da formulação de que quem ganha mais não deve ter reajuste de salário.

Tudo está tendo reajuste. A gasolina, a conta de energia elétrica, o botijão de gás, os itens escolares, de educação e de saúde. Tudo. Da mesma forma que as empresas reajustam preços e os trabalhadores da iniciativa privada têm direito a melhorar o rendimento, também os **servidores públicos** têm direito a

reajuste, e esse direito vem sendo sistematicamente desrespeitado.

O governo não reajusta o salário, o dos servidores, há cinco anos.

E o reajuste sugerido pelo governo, até pela forma como foi **comunicado**, é ofensivo. O governo não fez um anúncio, fez uma espécie de vazamento para imprensa testando reações, e as reações não poderiam ser diferentes. Os servidores acharam um absurdo.

Depois de uma **inflação** acumulada superior da 30% desde o último reajuste, vem uma oferta que não cobre nem a **inflação** corrente dos primeiros meses deste ano. Só no governo Bolsonaro, a **inflação** teve alta acima de 20%.

Como falar em cota de sacrifício para gente que está trabalhando? Os trabalhadores do Brasil estão demonstrando um nível de paciência extraordinário. Não se deve pedir mais paciência para ele, seja trabalhador do setor privado ou do setor público.

Alguns afirmam que o presidente contribuiu para que outros categorias fizessem reivindicações ao defender o reajuste apenas para policiais. O sr. concorda? A questão que importa é outra. O presidente Bolsonaro tem uma consistente política de desvalorização do serviço público, não apenas na **Receita Federal**, mas em todos os órgãos. Vivemos um permanente desmonte do serviço público, das instituições, do Estado brasileiro. Isso para mim é claro.

Desmonte é uma palavra forte. Tem exemplos? Cortar em 50% o orçamento de qualquer instituição é uma forma de desmonte, em qualquer lugar. Pode ser em uma repartição pública, uma fábrica, um jornal, uma fundação. Nenhuma organização segue igual nessa situação.

Se você deixa milhares se aposentarem, sem ir fazendo a reposição, conhecimentos não são transmitidos para as próximas gerações de trabalhadores, ele é perdido. Então, você está desmontando os processos e métodos de trabalho, porque eles não estão sendo repassados. Isso é desmonte.

Da mesma forma, quando você descumpre por cinco anos uma lei que é aguardada, há expectativa em relação a ela, criando insatisfação, desmotivação, e desorganizando o ambiente institucional de trabalho, é desmonte.

Dada a intensidade da situação, não diria que desmonte é um termo forte. É uma palavra compatível,

talvez até suave.

Qual o balanço da mobilização? A gente está intensificando a entrega de cargos. De um total de 1.700 cargos de chefia, os auditores fiscais entregaram 1.200. Isso é uma coisa incomum. Nesse nível, nunca vi acontecer. Quando uma pessoa abdica de um cargo de chefia, ela abre mão de um comissionamento, ou seja, abre mão de parte do salário.

Eles se recusam a exercer o cargo de chefia porque suas equipes não têm condições de cumprir adequadamente as suas funções. A Receita vai ficando ingovernável, não por desejo dos auditores, mas pelo desmonte que dificulta o seu funcionamento

Também estamos fazendo a operação padrão nas aduanas, que foi se generalizando. Empresários já se manifestaram sobre essa questão, inclusive publicamente.

As aduanas operam no binômio segurança e agilidade. Na medida em que as equipes vão sendo reduzidas e perdem orçamento, não conseguem manter a mesma segurança com a mesma agilidade.

Progressivamente, o que se tem feito é abrir mão da agilidade pela segurança. Abrir mão da segurança nas fronteiras é muito perigoso para a economia brasileira. A entrada de produtos sem o devido pagamento de tributo na importação ameaça a produção local.

E para ter segurança e agilidade é preciso um número maior de auditores.

Os empresários estão reclamando da falta de agilidade, mas seria pior para o Brasil que os auditores fiscais não se mobilizassem e deixassem tornar perene a falta de segurança em que a gente vive.

Qual seria a oferta mínima para a categoria encerrar a mobilização? Precisamos dos três pontos que falei. Recomposição do orçamento da receita, que é fundamental, a recomposição do quadro de auditores fiscais e a regulamentação da lei. Sem esses três pontos é muito difícil que os auditores consigam colocar a Receita para funcionar outra vez.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49885&anchor=6454369&pd=b18db4d9680fb3facc5181fd0784c59c>

Para acalmar policiais, ministro diz que aumento ainda não foi fechado

EDUARDO GAYER BRASÍLIA

Para acalmar os ânimos, o ministro da Justiça, Anderson Torres, disse, ontem, em reunião com policiais, que o reajuste de 5% para todos os **servidores públicos**, acordado na semana passada entre o presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ministro da Economia, Paulo Guedes, ainda não foi fechado e, assim, não está afastada a prometida reestruturação das carreiras da segurança pública.

A reunião entre Torres com a cúpula da Polícia Federal (PF), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e do Departamento Penitenciário Nacional ocorreu na sala de reuniões do Palácio da Justiça e durou cerca de duas horas e meia. Também marcaram presença deputados ligados à chamada "bancada da bala", como Sanderson (PL-RS) e José Medeiros (PL-MT).

O encontro teve pouco efeito prático, mas serviu para as categorias exporem a insatisfação com a proposta de reajuste linear de 5% para civis e militares a partir de julho, que não atende à promessa feita por Bolsonaro aos profissionais de segurança pública por uma reestruturação.

Policial federal de carreira, o chefe da Justiça se comprometeu a levar a pauta ao presidente.

De acordo com presentes na reunião, delegados federais alertaram o ministro de que manterão a pressão por mudanças reais no plano de carreira da PF e têm assembleia com os sindicatos estaduais marcada para hoje. A ideia é deliberar sobre as ferramentas que serão adotadas daqui para frente, como greves e abordagens corpo a corpo em parlamentares e auxiliares do governo.

BASE ESTRATÉGICA.

Bolsonaro tem forte interesse em agradar aos policiais federais, considerados base eleitoral importante do presidente, pré-candidato à reeleição. Porém, o governo vê o compromisso assumido pelo presidente como arriscado, diante da possibilidade de incendiar ainda mais a mobilização de outras categorias, como servidores do Banco Central e da **Receita Federal**, também insatisfeitos.

Por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal,

qualquer aumento com despesas de pessoal precisa constar da folha de pagamento de julho, antes de 180 dias do fim do mandato presidencial.

Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa de Anderson Torres não se manifestou sobre o tema.

Mobilização Delegados federais alertam ministro de que mantêm pressão e têm assembleia hoje

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Verba para reajustes no Orçamento de 2023 é insuficiente para bancar 5%

GUILHERME PIMENTA EDUARDO RODRIGUES
LORENNA RODRIGUES BRASÍLIA

O projeto que dá as bases para o Orçamento de 2023 prevê reserva de R\$ 11,7 bilhões para aumento para o funcionalismo, valor insuficiente para bancar os 5% de reajuste definidos pelo presidente Jair Bolsonaro para os contracheques de servidores civis e militares a partir de julho deste ano, em que o presidente se candidata à reeleição.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) prevê expressamente aumento de salários, auxílio-alimentação e auxílio-creche dos servidores e reestruturar carreiras do funcionalismo no próximo ano.

De acordo com o secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, se for oficializado um reajuste linear de 5% para os servidores federais neste ano, o custo em 2023 seria de R\$ 12,6 bilhões. Com isso, será necessário aumentar a reserva de R\$ 11,7 bilhões.

Neste ano, a estimativa de impacto do aumento incluindo civis e militares é de R\$ 6,3 bilhões para o segundo semestre (bem acima do disponível no Orçamento, R\$ 1,7 bilhão).

Colnago ressaltou que o reajuste de 5% está na mesa, assim como outras propostas. "Falta decisão, não há nenhuma decisão clara comunicada sobre o 5%", afirmou. Na semana passada, fontes que participaram de uma reunião entre ministros e o presidente disseram que o martelo já teria sido batido pelo reajuste linear nessa ordem.

O Estadão/Broadcast antecipou no fim de março que esse aumento estava em estudo.

De acordo com o secretário, o governo só vai efetivamente decidir a reserva para reajustes em 2023 quando houver o envio do Orçamento do próximo ano, até o fim de agosto.

O projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO) de 2023 não indica os percentuais dos reajustes ou os valores a serem usados na recomposição salarial dos servidores. "Para o ano de 2023, ao abordar as prioridades e as metas da administração pública, o

PLDO apresenta a previsão de reajuste e reestruturação de cargos e carreiras", informou o Ministério da Economia, em sumário executivo sobre o projeto.

Os sindicatos dos servidores consideraram insuficiente o reajuste de 5% e ameaçam aumentar os protestos nas próximas semanas. O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, que reúne mais de 30 categorias do funcionalismo público federal, disse ao Estadão/Broadcast que, caso o governo opte pelos 5%, as mobilizações e os movimentos grevistas vão continuar e até se intensificar. "Essa faixa é insuficiente porque representa apenas 20% da **inflação** acumulada pelo IPCA, de 25%, de janeiro de 2019 até aqui", argumentou.

BENEFÍCIOS ADICIONAIS.

O projeto também abre a possibilidade de reajuste do auxílio-alimentação ou refeição e da assistência pré-escolar aos servidores federais, mas apenas quando o valor per capita vigente do benefício da categoria for igual ou inferior ao valor per capita da União. O aumento do tíquete-refeição foi uma alternativa defendida pelo Ministério da Economia para tentar apaziguar os servidores neste ano, mas os sindicatos consideraram a oferta insuficiente.

"A adoção da medida contribui para promover equidade entre os diferentes órgãos e recompor o valor dos citados benefícios", completou a pasta, no sumário.

O PLDO foi enviado ao Congresso na noite da última quinta-feira. O governo propôs uma meta de déficit primário de R\$ 65,9 bilhões para as contas do Tesouro Nacional, do **INSS** e do Banco Central em 2023 - o equivalente a 0,63% do Produto Interno Bruto (**PIB**). De acordo com as projeções oficiais, as contas só voltam ao azul em 2025.

"É insuficiente porque representa apenas 20% da **inflação** acumulada." Rudinei Marques Presidente do Fonacate

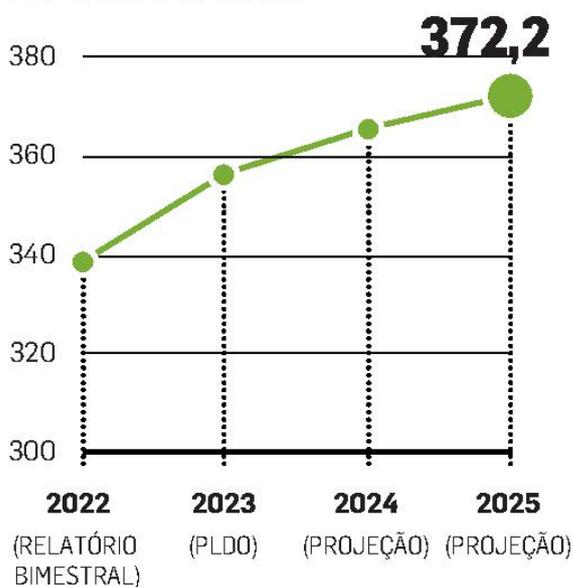
Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

FOLHA DO GOVERNO

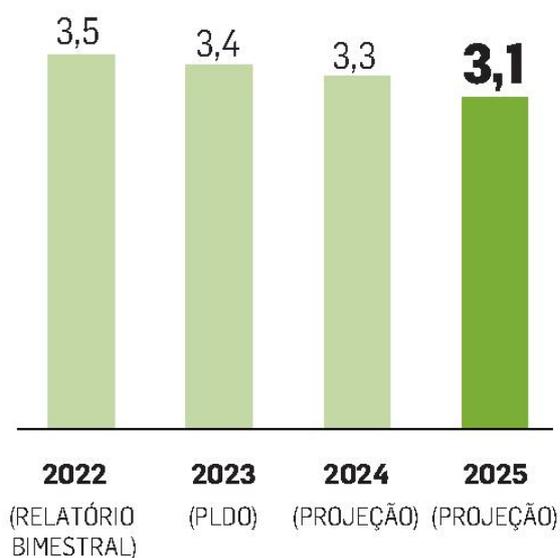
Gastos previstos com o funcionalismo nos próximos anos

Gastos com pessoal

EM BILHÕES DE REAIS

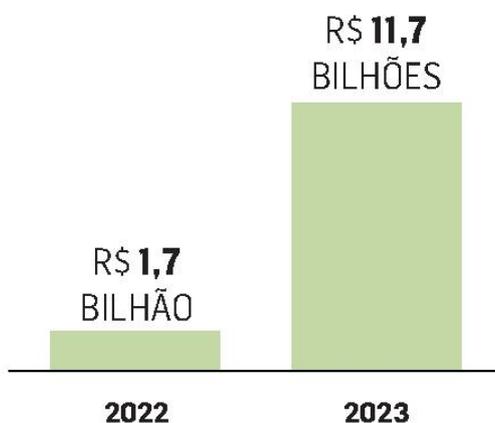


EM PORCENTAGEM DO PIB

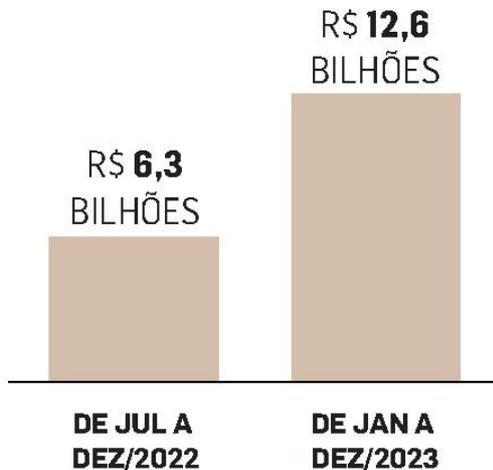


Reservas para reajuste

RESERVA ORÇAMENTÁRIA PARA REAJUSTES



CUSTO PARA REAJUSTE DE 5% A TODOS



FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Renda em queda e vida no aperto: os corres dos brasileiros que não ganham nem 1 salário mínimo

Por Darlan Alvarenga, Fábio Tito e Thaís Matos, g1

Cesar ganha no máximo R\$ 600 por mês limpando cascos de embarcações. Cleide tirou menos de R\$ 400 com bicos de cabeleireira nos últimos meses. Já Hélio, dependendo do dia, mal consegue juntar R\$ 20 com os trocados que recebe fazendo malabares com fogo em semáforos da capital paulista.

A renda média do brasileiro atingiu uma mínima histórica e, para uma grande parcela de trabalhadores, sobretudo os informais e subocupados, a remuneração mensal não chega sequer ao valor do salário mínimo, que até o final de 2021 estava em R\$ 1.100 e subiu em 2022 para R\$ 1.212.

Os brasileiros com uma renda mensal de no máximo 1 salário mínimo passaram a representar desde o ano passado a maior fatia da população ocupada na divisão por faixas de renda. Os mais atingidos pela baixa remuneração costumam ser os trabalhadores com baixa escolaridade e que trabalham na informalidade, fazendo os chamados bicos ou corres .

Desemprego ainda atinge 12 milhões, diz IBGE

Cleide, Hélio e Cesar: ganhos de menos de um salário mínimo são desafio para se manter ao longo do mês - Foto: Fábio Tito/g1; Arquivo pessoal

Segundo levantamento da LCA Consultores, com base nos indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) trimestral do IBGE, o país encerrou 2021 com um total de 33,8 milhões de trabalhadores (36% doo total de ocupados) com renda mensal de até 1 salário mínimo, o maior contingente já registrado na série histórica iniciada em 2012. Em 1 ano, o salto foi de 12,2%, ou 4,4 milhões de pessoas a mais.

Os números da PNAD não permitem identificar quantos trabalhadores recebem menos que o piso mínimo nacional, mas revelam que 21,9 milhões tiveram renda entre 1/2 e 1 salário mínimo no trimestre encerrado em dezembro. Outros 9,6 milhões receberam até 1/2 salário mínimo e 2,2 milhões (grupo formado basicamente pela categoria trabalhador familiar auxiliar) não receberam nada. Veja quadro

abaixo:

Quase 34 milhões de brasileiros recebem até 1 salário mínimo - Foto: Economia g1

É a necessidade de composição de renda. Como o mercado de trabalho formal não conseguia absorver todas as pessoas, muitas delas acabaram ingressando em ocupações informais, recebendo menos do que recebiam antes da pandemia , afirma Bruno Imaizumi, da LCA Consultores, autor do levantamento.

Tem que ficar correndo atrás de dinheiro

César Augusto Pires Xavier tem 48 anos e um sonho: conseguir novamente um emprego com carteira assinada. Desde que foi dispensado da loja em que trabalhava quando ela faliu, há 3 anos, ele vive de bicos esporádicos que lhe garantem, no máximo, R\$ 600 no mês.

Isso não quer dizer que ele trabalhe pouco. César rala de domingo a domingo fazendo serviços pesados para empresas náuticas de São Sebastião, no litoral de São Paulo. Ele raspa sujeira incrustada nos cascos, carrega embarcações pesadas e faz trabalhos com fibra.

Cesar Pires Xavier faz bicos de conserto e manutenção de barcos, mas ganhos mensais não chegam a R\$ 600 - Foto: Arquivo pessoal

Para garantir alguma renda, ele percorre de bicicleta, sob sol e chuva, o caminho entre sua casa alugada e os galpões de barcos ao longo da cidade. Ele mora com a mãe pensionista e a irmã desempregada.

"Minha mãe tem 86 anos e minha irmã está desempregada. Tudo que eu faço é por elas. Eu me desloco muitos quilômetros de bicicleta para trabalhar sábados e domingos e poder ter um dinheiro pra tentar manter a casa, mas é difícil", desabafa.

"A gente tenta trabalhar e receber, mas às vezes termina o serviço e vai receber só depois de 4 semanas. É difícil porque quem paga não passa dificuldade, a gente é que passa sem ter até dinheiro

pra comprar gás, tem que ficar correndo atrás de dinheiro. Minha mãe é pensionista, recebe um salário e o que ela tem é pra comprar mantimentos pra casa, mas temos as contas."

César conta que não conseguiu bancar uma faculdade. Começou a trabalhar cedo e sempre ajudou os pais em casa. Ele concluiu um curso técnico em contabilidade e sua trajetória profissional foi toda focada em vendas.

Mesmo com anos de experiência, já viu várias vagas abrirem e fecharem, e seu currículo nunca ser levado em consideração. "Tem pessoas que já entregaram currículo, eu entreguei na frente delas, elas estão empregadas e eu não. Tenho currículo no PAT, já fui lá várias vezes, mas não sou chamado. Acho que é pela idade", lamenta.

Malabarismo para sustentar filha de 8 meses

Hélio Soares Maciel, 21 anos, faz malabares com fogo nas ruas da capital paulista. A renda varia muito, e ele vive de doações, principalmente da sogra, que o ajuda a sustentar a mulher e a filha de 8 meses.

Pintado de prata, Hélio Soares, de 21 anos, se apresenta com malabares em chamuscas em um cruzamento do Jardim América, bairro nobre na Zona Oeste de São Paulo. Há cerca de 9 anos ele abandonou os estudos e começou a trabalhar como artista de rua depois que a mãe morreu - Foto: Fábio Tito/g1

"Eu só trabalho para sobreviver mesmo, pegar um dinheiro para comprar uma misturinha, para não faltar nada em casa, compro o leite da minha filha", diz o artista de rua.

Hélio mora no Jaçanã, bairro paulistano que fica na divisa com Guarulhos, e demora entre 1h30min e 2h para chegar os bairros da área nobre de São Paulo onde costuma se apresentar em troca de contribuições.

Quando o dia de trabalho é bom, ele consegue juntar entre R\$ 60 e R\$ 70. No dia da entrevista ao g1, ele disse ter recebido apenas R\$ 22, valor que mal cobre os gastos com o transporte e a gasolina usada para acender os malabares.

Em casa, Hélio beija sua filha, Victória, de 8 meses - Foto: Fábio Tito/g1

"Gasto de aluguel R\$ 350, mas minha sogra me ajuda. Gasto com comida, compro fralda pra neném, as coisas que [a gente] precisa dentro de casa. Cesta básica minha sogra ganha e dá pra nós, conta.

Helio não está inscrito em nenhum programa social e não conseguiu o Auxílio Emergencial durante a pandemia. "Ah, se aparecesse um emprego para mim, uma oportunidade, eu ia em frente", admite.

Hélio recebe doação entre um farol e outro na Avenida Brasil. À direita, a tatuagem que tem no braço - Foto: Fábio Tito/g1

Com pós-graduação e fazendo bicos de cabeleireira

Para obter alguma renda, Cleide Aparecida de Souza, de 40 anos, com curso superior e pós-graduação em Serviço Social, passou a fazer pequenos bicos como cabeleireira no bairro onde mora na Zona Leste de São Paulo.

Quando tá dá hora, tá tudo bom mesmo, eu chego a tirar R\$ 400. Mas na maioria das vezes não chega nem a R\$ 200, afirma a assistente social, que após ter ficado desempregada entrou nas estatísticas dos trabalhadores subocupados.

Cleide de Souza, de 40 anos, é assistente social mas passou a fazer bicos como cabeleireira após ficar desempregada - Foto: Fábio Tito/g1

Eu falo que é um tampa buraco. Não é renda. Não posso chegar na minha mãe e falar: Deixa que a conta de luz eu vou segurar. Eu não tenho essa certeza de que todo mês eu vou ter esse dinheiro, diz.

Fora do mercado de trabalho formal desde 2019, ela passou a ser sustentada pela mãe pensionista do **INSS** após gastar todas as suas reservas e depois do fim do auxílio emergencial. É dos parentes que veio emprestado o laptop para procurar vagas de emprego e fazer cursos online de especialização.

Cleide passou a contar com a ajuda da mãe para fechar as contas após ficar desempregada - Foto: Fábio Tito/g1

Sempre fui uma pessoa independente. Viajava, tinha minhas coisas, comia em restaurante, ia na lanchonete beber umas cervejas com os amigos, afirma. Hoje eu não consigo comprar um sapato. O último sapato quem me deu foi minha irmã, completa.

Perfil dos trabalhadores com renda muito baixo

De acordo com o levantamento da LCA, dos quase 34 milhões de brasileiros com renda de até 1 salário mínimo, 49% possuem até o fundamental completo, 40,4% têm o ensino completo ou incompleto e 10,2% chegaram a ensino superior. Na distribuição por cor, 57,2% se autodeclararam pardos, 30,2% brancos e

12,5% pretos.

Além de serem trabalhos sem vínculo formal e de baixa remuneração, são ocupações em que quase nunca se sabe qual será a renda no mês.

A condição de trabalho é precária e muitas vezes as pessoas buscam fazer aquilo que é chamado de bico, trabalhar por conta própria na busca de conseguir algum tipo de remuneração. E isso tem a ver tanto com atividades de comércio de rua, como atividades de prestação de serviços, de manutenção, explica Marcelo Ribeiro, pesquisador do Observatório das Metrôpoles e professor do IPPUR/UFRJ.

Estudo divulgado neste mês pelo Observatório das Metrôpoles, em parceria com a PUC-RS e a Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina, apontou que 23,6% da população das regiões metropolitanas vivem em domicílios com renda per capita de no máximo 1/4 do salário mínimo. No auge da pandemia, esse percentual chegou a quase 30%.

Grande parte dessa população que tem baixos rendimentos são pessoas que trabalham principalmente naquele tipo de trabalho que é considerado informal. Trabalhos sem nenhum tipo de proteção social, com relações precárias, mas são trabalhos que elas conseguem se arriscar para poder garantir algum tipo de remuneração, destaca o pesquisador.

Salário mínimo ideal deveria ser 5 vezes maior, diz Dieese

Mesmo para aqueles que conseguem receber ao menos o piso mínimo nacional, o poder de compra tem sido reduzido pela **inflação**. O salário mínimo de R\$ 1.212 não chega a ser suficiente para comprar duas cestas básicas por mês. Em São Paulo, o custo da cesta básica foi de R\$ 761,19 em março.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo ideal deveria ser de R\$ 6.394,76, ou 5,28 vezes o o piso nacional. O cálculo considera o preço da cesta básica e o mínimo necessário para suprir as despesas de um trabalhador com uma família de quatro pessoas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

Nos últimos meses, o mercado de trabalho tem dado sinais de recuperação, com queda do desemprego e interrupção da queda da renda média. Os números do IBGE evidenciam, no entanto, que os brasileiros até estão conseguindo algum trabalho, seja na informalidade ou como conta própria, mas seguem sendo mal remunerados, situação que se torna ainda

mais preocupante em razão da disparada dos preços de itens como combustíveis e alimentos.

A **inflação** persistente associada à perspectiva de baixo crescimento da economia no ano limita o ritmo de recuperação do mercado de trabalho e de recuperação das perdas da renda média dos brasileiros. A massa de todos os rendimentos do trabalho foi estimada em R\$ 234,1 bilhões pelo IBGE no trimestre encerrado em fevereiro - ainda R\$ 20 bilhões abaixo do que o que se registrava no pré-pandemia.

Quando se olha para os primeiros resultados, de janeiro e fevereiro, até vemos uma reversão da tendência da renda real média do brasileiro, mas ainda assim num patamar muito baixo, destaca Imaizumi, destacando que a **inflação** corrói a renda e empobrece toda a população, sobretudo a da mais pobre.

Como a economia está estacionada, não estamos observando um processo de recuperação econômica, e isso tem rebatimento na renda, completa Ribeiro.

Para Cleide, pelo menos, os dias de bicos finalmente chegaram ao fim. No final de março, ela começou a trabalhar numa ONG do bairro onde mora. A remuneração é a do piso da categoria de assistente social, mas será o primeiro emprego com carteira assinada depois de mais de 3 anos de procura.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/04/19/renda-em-queda-e-vida-no-aperto-os-corres-dos-brasileiros-que-nao-ganham-nem-1-salario-minimo.ghtml>

Governo avalia ceder mais a servidor após insatisfação com reajuste de 5%



O governo avalia ceder mais aos **servidores públicos**, após diferentes categorias demonstrarem insatisfação com um reajuste linear de 5% para todo o funcionalismo.

Integrantes do Executivo passaram a falar nos últimos dias em conceder, além de maiores salários, aumento do vale-alimentação e do valor das diárias concedidas para viagens.

Para os servidores das forças de segurança, o governo sinalizou nesta semana que não está descartada uma reestruturação nas carreiras policiais. Além disso, membros do Executivo afirmaram aos servidores que seria uma prioridade a criação de mais mil vagas para aprovados nos concursos da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Parte do governo, no entanto, defende que este não é o momento de definir novas medidas. Essas decisões poderão ser tomadas até o fim do mês de junho - quando acaba o prazo dado pela Lei de Responsabilidade Fiscal para reajustes (seis meses antes do fim do mandato presidencial).

O presidente disse a apoiadores nesta segunda-feira (18) que o teto de gastos trava as mudanças de salário. "Servidor quer reajuste. Eu quero dar reajuste, mas eu tenho um teto de gastos", declarou.

Conforme mostrou a Folha na quarta-feira (13), Bolsonaro decidiu dar um reajuste linear de 5% para todas as carreiras -inclusive militares das Forças Armadas, além de integrantes do Judiciário e do Legislativo- a partir de 1º de julho deste ano.

A decisão desagradou em especial aos policiais, já que Bolsonaro sinalizou no ano passado uma

reestruturação voltada à categoria. A ADPF (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal), por exemplo, manifestou "total indignação e repúdio" à escolha do governo pelo percentual de 5%.

Segundo a entidade, se a informação se confirmar, "haverá uma quebra desleal do compromisso" pelo governo, "que sempre teve entre suas bandeiras a segurança pública".

Em entrevista coletiva nesta segunda-feira (18), o secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, disse que não houve nenhum **comunicado** oficial sobre qualquer decisão do Palácio do Planalto.

"O reajuste de 5% é só uma das propostas que está na mesa. Não houve decisão tomada nesse sentido. Há um conjunto de propostas sobre a mesa", afirmou Colnago. "Não há nenhum **comunicado** que nos dê a clareza de que houve essa decisão", disse.

O Palácio do Planalto não se pronunciou oficialmente sobre o tema, mas a Folha apurou com auxiliares do presidente e com integrantes da equipe econômica que o reajuste foi acertado em uma série de reuniões na semana passada.

Nesta segunda, o governo fez novas reuniões com diferentes entidades que representam os policiais para tentar mitigar as insatisfações. O ministro Anderson Torres (Justiça e Segurança Pública) esteve à frente das negociações.

Marcus Firme, presidente da Fenapef (Federação Nacional dos Policiais Federais), disse que não houve nenhuma definição na reunião. Entretanto, disse ele, um ponto positivo é que o governo ainda não descartou a reestruturação das polícias.

As entidades que participaram, que representam a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e o Depen (Departamento Penitenciário Nacional), dizem que esse é o principal pleito da categoria.

"A fase ainda é de diálogo, mas a paralisação não está descartada. Temos expectativa de que o governo cumpra com o que foi acordado, prometido", disse Firme.

Egídio Araújo, presidente do Sindicato dos Policiais

Federais no Distrito Federal, acrescentou que parlamentares que participaram da reunião seguiram para o Palácio do Planalto para tentar levar as reivindicações a Bolsonaro. O ministro Torres também foi ao encontro do presidente.

Egídio acredita que o próximo passo é aguardar se essa reunião irá ocorrer e o que será abordado nela para fazer as próximas movimentações.

"O ministro [Anderson Torres] não tinha batido o martelo que não iria dar a reestruturação. Diante da notícia, queremos que ele [Bolsonaro] cumpra com a palavra dele. Que ele realize a reestruturação das carreiras", disse.

Na noite desta segunda, sete entidades assinaram uma nota dizendo que protestos e paralisações não foram descartados diante do cenário que surgiu com a mudança de destinação do orçamento de 1,7 bilhões.

As entidades entendem que o projeto de recomposição inflacionária é diferente da proposta de reestruturação.

"Por fim, informam que defendem pleito histórico da necessidade de recomposição inflacionária constitucional, mas que, neste momento, trabalham pela efetiva reestruturação das Polícias da União e lembram que ela já foi concedida às demais carreiras federais em passado recente, criando distorções que merecem correção", disseram, em nota.

Nesta semana, as entidades de classe realizarão assembleias gerais extraordinárias com suas bases para deliberar sobre as próximas medidas a serem adotadas no contexto de mobilização para que a medida provisória da reestruturação das polícias seja assinada com urgência.

Pessoas que acompanharam a reunião nesta tarde disseram que Torres se comprometeu a tentar tirar do papel o pleito das carreiras de segurança.

Segundo relatos, o ministro Paulo Guedes (Economia) entrou na mira dos servidores. Durante a reunião, houve queixas de que, se dependesse do titular da Economia, sequer teriam tido perspectiva de aumento.

Mesmo sem manifestar de forma oficial uma definição a respeito dos reajustes, o Ministério da Economia incluiu uma reserva de R\$ 11,7 bilhões para a concessão de reajustes salariais ao funcionalismo no projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2023, enviado ao Congresso na última quinta-feira (14).

A verba pode ser usada para bancar o impacto futuro

de uma revisão geral das remunerações ainda em 2022, ou então um reajuste dado no primeiro ano de mandato do presidente da República a ser eleito neste ano.

Um reajuste de 5% demandaria R\$ 12,6 bilhões no próximo ano -R\$ 900 milhões a mais do que o reservado para 2023.

Além dos policiais, o governo enfrenta pressões de servidores em outras frentes. No Ministério da Economia e no Banco Central, diferentes indicadores têm saído com atraso devido ao movimento do funcionalismo.

O boletim Focus, por meio do qual o BC reúne projeções do mercado para indicadores como **PIB** (Produto Interno Bruto) e **inflação**, não é publicado desde 25 de março. Além disso, outros dados têm saído com atraso -como a divulgação da balança comercial.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49885&anchor=6454369&pd=b18db4d9680fb3facc5181fd0784c59c>

Apetite da tropa

BELA MEGALE E JUSSARA SOARES
politica@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Ajuste fiscal pela despesa mantém dívida em elevação

Estevão Taiar e Lu Aiko Otta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187194

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187194

'Em vez de teto de gastos, falta uma meta para o investimento público'

MARCOS CORRÊA/PR



Meta de investimento vai gerar controle de gastos, afirma Dias

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

Um dos principais articuladores da campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência nas eleições deste ano, o ex-governador do Piauí Wellington Dias defende a fixação de uma meta de investimento público no Orçamento, uma proposta de **reforma tributária** pactuada com os governadores e um desenho do Orçamento em que as emendas parlamentares estejam inseridas num plano para o País.

Segundo ele, a definição da meta de investimento já é praticada no Estado do Piauí, onde o governo estadual bateu o recorde no ano passado ao superar 15% das receitas, a maior parte com recursos estaduais. O aumento dos investimentos públicos no próximo governo é defendido pelos economistas do PT.

Entre os analistas do mercado financeiro, o nome de Dias e o do governador da Bahia, Rui Costa, entraram com força na bolsa de apostas para o comando da economia num eventual governo Lula, caso o ex-presidente repita a fórmula do seu primeiro mandato, em 2003, quando escolheu um político (Antônio Palocci) para o Ministério da Fazenda. A seguir, o que ele disse sobre alguns dos principais temas que vão marcar a campanha deste ano:

INVESTIMENTOS. "Temos na lei um limite de

despesa de folha de pagamento, de endividamento, mas faltou uma meta para investimentos.

No Piauí, fizemos uma meta. Em vez de fazer essa lei do teto de gastos (regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**) perversa, a nossa lei é com uma meta para investimentos.

Propomos alcançar 5% da receita corrente líquida de investimentos, depois 10%, 12% e em 2021 alcançamos 15%."

CONTROLE DAS DESPESAS.

"Com a meta de investimentos, os gastos ficam controlados porque o governo se obriga a fazer um plano para isso."

PLANO ECONÔMICO.

"É preciso ter uma política para que o País volte a ter crescimento na renda.

Isso contribui para ampliar o consumo. Ao mesmo tempo, vem a necessidade de gerar emprego e empreendedores."

EMENDAS AO ORÇAMENTO.

"Vai ter emenda parlamentar?"

Vai ter. Fui vereador, deputado estadual, federal, senador, além de quatro mandatos como governador, e em todos eles tinham emendas. Só que é o Executivo que deve estabelecer o destino dos recursos das emendas.

É ele que faz o plano."

REFORMA TRIBUTÁRIA.

"Há 40 anos acompanho essa pauta propondo uma **reforma tributária**.

Fechamos um acordo (os Estados).

Trabalhamos uma meta macro que é a redução de carga tributária geral, simplificação e justiça tributária. Liderados pelo Fórum dos Governadores do Brasil, conseguimos em 2019 uma proposta pactuada com 27

Estados para unificar os **tributos** e colocar no lugar o Imposto sobre o Valor Agregado (IVA).

Lá na frente, o governo federal resolveu não colocar os **tributos** federais. Mesmo assim, era possível unificar os **tributos** com o IVA estadual/municipal. O fim da guerra fiscal e um fundo criado com receitas dos próprios Estados para o desenvolvimento regional é um passo gigante."

AUMENTO DE **IMPOSTOS**.

"Não é possível, não só pelo ano eleitoral, mas também pela queda de renda, propor aumento tributário.

Por outro lado, temos um campo que podemos avançar muito que é o da eficiência."

INFLAÇÃO.

"Estávamos desacostumados à aceleração inflacionária.

Eu sou da geração que viveu **inflação** a 84% ao mês. Não quero isso nunca mais para o meu País. Sei o quanto isso desmantela a vida especialmente dos mais pobres. Além de salários baixos, tem o confisco do salário pelo efeito inflacionário."

APOIO DE EMPRESÁRIOS.

"Às vezes, vejo os empresários nervosos em relação ao Lula, mas ele é o mais conhecido. É o Lula que já passou oito anos na Presidência.

Eu tenho participado de várias rodadas, pelo menos quatro delas nos últimos dias, com setores empresariais mostrando que não há razão para isso. É interessante que os empresários internacionais já colocam abertamente a importância do Lula, e não do Bolsonaro, como melhor para os seus negócios, com mais segurança."

Bolsa de apostas Mercado vê Wellington Dias como candidato ao Ministério da Fazenda em um eventual governo Lula

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Sistema tributário deve contribuir para soluções em prol da proteção e da defesa ambiental do País

Há pelo menos três décadas, o Brasil se vê mergulhado em intermináveis debates e propostas sobre uma ampla **reforma tributária**. A solução não é fácil, afinal **tributos** desenham o estado e as formas de ações governamentais. Reformá-los exige um redesenho da própria ação política. De alguma maneira, a morosidade na realização da ansiada mudança abre espaço para reflexões que são imprescindíveis para o debate público nacional. Assim, vale perguntar: o sistema tributário nacional deve contemplar estratégias públicas que contribuam para soluções em prol da proteção e da defesa ambiental do País? Acredito que sim.

A verdade é que o Brasil está atrasado. O ambiente global já há algum tempo discute largamente os chamados **impostos** ambientais, como aqueles que podem ajudar a mudar condutas predatórias ao meio ambiente. O assunto, regulado em órgãos internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), vem ganhando espaço na governança mundial, e mesmo entidades mais tradicionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) passaram a defender a intensificação dessas políticas. Taxações sobre emissões indesejadas de gases, gestão de resíduos sólidos, fontes de poluição de água, poluição sonora ou o manejo indesejado da terra e dos recursos naturais são apenas alguns exemplos.

Ao mesmo tempo que punem e incentivam os atores sociais, sistemas fiscais também podem servir para financiar programas de controle e proteção ambiental. Nos últimos anos, o Brasil viu despencar os recursos investidos em atividades dessa natureza. Dois dos mais importantes órgãos responsáveis pela proteção ambiental, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), tiveram seus orçamentos reduzidos, respectivamente, a 47% e 36% do que eram há meia década, em termos reais. O orçamento do Ministério do Meio Ambiente em 2021 foi o menor em duas décadas, e as estimativas apontam que cerca de 88% dos seus recursos atualmente servem apenas para o custeio da sua máquina burocrática. Os ajustes fiscais têm sido pesados em matéria ambiental.

Tributos são uma forma poderosa de se implementar políticas, induzindo comportamentos e financiando instituições. É verdade que o Brasil precisa de um novo sistema tributário, mas isso não é o bastante. O País precisa de um modelo fiscal moderno e atento às pautas que a sociedade, a comunidade internacional e a consciência política nos impõem.

*SÓCIO DA LACLAW CONSULTORIA TRIBUTÁRIA, DOUTOR EM DIREITO PELA USP E PESQUISADOR DO AFRO-LATIN AMERICAN RESEARCH INSTITUTE (HUTCHINS CENTER), FOI VISITING FELLOW DO DEPARTMENT OF HISTORY DA UNIVERSIDADE DE HARVARD

Site: <https://www.terra.com.br/economia/sistema-tributario-deve-contribuir-para-solucoes-em-prol-da-protecao-e-da-defesa-ambiental-do-pais,36f8e1330168bd0b7d389199ad05407aet7wqqij.html>

Assalto ao Erário (Artigo)

MODESTO CARVALHOSA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Especialistas veem risco de "bomba fiscal" para 2023

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Estado prevê 35% de aumento da receita em 2023

LUIZ ERNESTO MAGALHÃES

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Vozes sombrias da ditadura (Editorial)

Correio Braziliense

O que os militares tentaram negar por tanto tempo está, agora, explicitado nos áudios obtidos pelo historiador Carlos Fico, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ): durante o regime militar, milhares de brasileiros foram torturados e mortos, muitos confessando crimes que não cometeram depois de sessões de espancamento e sevícias. As gravações ? são mais de 10 mil horas ? revelam diálogos de juízes e ministros do Superior Tribunal Militar (STM) entre 1975 e 1985, vários deles admitindo os abusos e pedindo investigações, outros duvidando das denúncias que inundavam a Justiça.

São estarrecedoras as revelações, como a de que Nádia Lúcia do Nascimento abortou após sofrer agressões físicas nos porões do Codi-Doi. Ela foi submetida a choques elétricos no aparelho genital. Estava grávida de três meses. Também grávida, Lícia Lúcia Duarte da Silveira foi torturada física e psicologicamente, tendo que presenciar os abusos cometidos contra o marido dela. A frase mais usada pelos militares era: "Ou confessa ou entra no pau". As denúncias que chegavam ao STM apontavam tanta crueldade, que, em um de seus pronunciamentos, o almirante Julio de Sá Bierrenbach desabafou: "Não podemos admitir que o homem, depois de preso, tenha a sua integridade física atingida por indivíduos covardes, na maioria das vezes, de pior caráter que o encarcerado".

Os áudios desse período sombrio do país tornaram-se públicos por meio da jornalista Míriam Leitão, do jornal O Globo, ela própria vítima da ditadura. Grávida, foi presa, nua, numa cela escura com uma cobra. Para muitos militares, casos como esses são obras de ficção criadas pelos inimigos do país. Os que não conseguem negar os crimes, recorrem às ironias, como é o caso do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, cujo ídolo era o coronel Brilhante Ustra, que foi chefe do Doi-Codi, quando morreram mais de 40 pessoas sob tortura. Ao ser questionado sobre as gravações comprovando os crimes durante da ditadura, Mourão disparou: "Vai trazer os caras do túmulo de volta?".

O Brasil ainda precisa passar a limpo parte importante da ditadura, queiram ou não seus defensores. Os áudios obtidos pelo historiador da UFRJ terão papel vital nesse processo. Não se trata de revanche, mas é importante esmiuçar esse Brasil que insiste em permanecer nas sombras. Há pais, mães, filhos,

irmãos que, até hoje, nunca encontraram os corpos daqueles que amavam, pessoas que perderam a vida apenas por discordarem de um regime covarde, no qual não se permitia o livre pensamento. Ignorar as vozes reveladas pelas gravações do STM é compactuar com os crimes.

Não se pode esquecer que, mesmo por meio dos votos, garantidores da democracia, o Brasil tem hoje um governo com forte representação militar. Qualquer movimento além das quatro linhas da Constituição pode levar o país a caminhos tortuosos que a maioria da sociedade repudia. O ideal, diz ao Correio a economista Zeina Latif, é que militares se limitem aos quartéis. Ela analisou os períodos de ditaduras pelas quais o Brasil passou. As faturas, tanto do ponto de vista social, quanto do econômico, foram enormes, com **inflação**, aumento da desigualdade entre ricos e pobres e endividamento público, além, é claro, da tortura. Repetir esse descalabro é inaceitável.

A LDO e o legado da devastação (Editorial)

Baixo crescimento, baixo consumo, contas esburacadas e dívida crescente compõem a herança prometida ao próximo governo pelo presidente Jair Bolsonaro, embora seu ministro da Economia, Paulo Guedes, tente enfeitar o legado sinistro. O desastre continuado está previsto nos cenários de referência do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023. Nos próximos dois anos o poder central ainda fechará seu balanço com déficit primário, isto é, com gastos maiores que a arrecadação, sem contar o custo da dívida pública. Com isso serão completados dez anos de contas primárias em vermelho. O desarranjo iniciado na gestão da presidente Dilma Rousseff deverá prosseguir até a metade do novo mandato presidencial, se as projeções estiverem corretas.

Não só pelos números da **inflação**, mas também pela condução geral da economia, a gestão bolsonariana continua emulando a da fase final do petismo.

Sem sair do atoleiro, a economia brasileira crescerá apenas 2,5% em cada um dos próximos três anos, segundo as projeções divulgadas com o projeto da LDO. O Brasil continuará, nesse caso, em descompasso com os emergentes mais dignos dessa classificação. Além disso, ainda avançará em ritmo abaixo da média mundial, superior a 3% ao ano, segundo estimativas de organizações internacionais. Mas o crescimento apontado para a produção brasileira pode embutir algum otimismo. Fora da administração federal, a maioria das previsões continua indicando taxas inferiores a 1%, em 2022, e nada, por enquanto, parece justificar a expectativa de expansão em torno de 2,5% a partir de 2023.

A **inflação** diminuirá para 3,3% no próximo ano e chegará ao centro da meta, de 3%, nos dois anos seguintes, mas a taxa básica de juros continuará elevada, com taxas previstas de 10%, 7,7% e 7,1%. O Banco Central (BC) deverá continuar batalhando - essa é a expectativa implícita - para conter a alta de preços no próximo período presidencial.

Esse esforço poderá produzir algum efeito contra o surto inflacionário, mas será um entrave à retomada econômica e, além disso, continuará afetando severamente os custos do Tesouro.

As contas primárias permanecerão esburacadas, com déficit de R\$ 65,91 bilhões no próximo ano, nas finanças do poder central. O buraco poderá diminuir para R\$ 27,89 bilhões em 2024.

Em 2025 poderá surgir um superávit primário de R\$ 33,70 bilhões, equivalente a 0,28% do Produto Interno Bruto (**PIB**). A dívida bruta do governo geral aumentará de 79,64% do **PIB** em 2023 para 80,29% em 2024. Essa porcentagem deverá ser mantida em 2025, porque o ressurgimento do superávit primário permitirá a imposição de algum controle ao endividamento.

Mesmo com alguma expansão dos negócios e da arrecadação, esse controle dependerá, naturalmente, da disposição de quem comandar o Executivo e do grau de influência do Centrão nas decisões sobre as finanças públicas.

Hoje o Centrão opera tanto no Congresso quanto no Executivo, onde comanda a Casa Civil e exerce, com apoio presidencial, o poder de liberar despesas, até contra a opinião do ministro da Economia.

Credores do Tesouro continuarão sujeitos ao calote determinado pelas Emendas Constitucionais 113 e 114, aprovadas em 2021. Essas emendas permitem ao Executivo limitar o pagamento de dívidas correspondentes a precatórios, sem reconhecimento pleno, portanto, de ordens judiciais. Antes dessas emendas, o poder central deveria liquidar todos os precatórios oficializados em cada exercício. Agora há limites e prioridade para os compromissos de menores valores.

As projeções oficiais apontam, portanto, mais dois anos de rombos primários, dívida em expansão e manutenção do calote dos precatórios. Metas de **inflação**, superávit primário e câmbio flexível compuseram o tripé desenhado depois do Plano Real. Aprovada no ano 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal complementou essas diretrizes, desmoralizadas no final da gestão petista e revalorizadas temporariamente na gestão do presidente Michel **Temer**. A devastação dessas normas é parte da herança do atual mandato.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Captura do Orçamento pelo Congresso é 20 vezes maior no Brasil que na OCDE

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

A captura do dinheiro público por emendas parlamentares no Brasil não encontra paralelo na comparação com outros países.

Deputados e senadores brasileiros interferem até 20 vezes mais no Orçamento do que parlamentares de nações integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo do qual o País quer fazer parte.

Segundo estudo do economista Marcos Mendes para o Instituto Millenium, ao qual o Estadão/Broadcast teve acesso, as emendas representam 24% das despesas dos ministérios e de investimentos neste ano, os gastos discricionários. Essa parcela se refere às despesas não obrigatórias, que incluem os gastos com manutenção de órgãos públicos, pagamento de conta de luz, fiscalização ambiental e investimentos em escolas e estradas.

O estudo mostra que, na comparação, os parlamentares brasileiros interferem muito mais no Orçamento, pulverizando recursos públicos para redutos eleitorais de forma livre e sem critérios objetivos.

Para Mendes, a situação evidencia falta de planejamento, ausência de conexão com políticas públicas em nível nacional e abre caminho para a corrupção, como mostram as suspeitas reveladas recentemente pelo Estadão com o uso das verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Outro fator que faz das emendas uma jabuticaba brasileira é o grau de detalhamento das indicações.

No Brasil, os parlamentares podem alterar a proposta encaminhada pelo Executivo e determinar o envio de verbas para cidades e obras específicas (a construção de uma praça, por exemplo). Na América Latina, esse nível de detalhamento só ocorre no Chile, onde os parlamentares também enviam recursos para obras em locais específicos, conforme pesquisa da OCDE citada no estudo.

Só que lá o Congresso não pode aumentar as despesas, apenas remanejá-las.

Nos outros países, os parlamentares podem promover alterações mais abrangentes nos gastos (dirigindo mais dinheiro para a saúde e menos para o pagamento da folha salarial), mas a escolha final da destinação das verbas é do Executivo.

No Uruguai, no Peru, no Equador e na Guatemala, os recursos podem ser dirigidos a ministérios.

Já no Paraguai, no Panamá, no México, na Costa Rica e na Bolívia, o dinheiro pode ser destinado a programas de governo, como saneamento básico ou de transferência de renda.

"No Brasil, o detalhamento gera uma fragmentação de recursos muito grande e impede o planejamento. O interesse eleitoral do parlamentar não necessariamente é o interesse do município.

Ele pode ter um interesse pessoal, pode ter um conluio e estar interessado em favorecer um fornecedor, e não o município em si", disse Mendes.

O Congresso avançou no controle das verbas orçamentárias aproveitando-se da fragilidade política dos governos. As emendas impositivas foram aprovadas durante o governo Dilma Rousseff antes do processo de impeachment. O orçamento secreto, revelado pelo Estadão, foi criado no início do mandato de Jair Bolsonaro como moeda de troca para a sustentação política do presidente.

AVANÇO. Até 2014, o governo não era obrigado a gastar a verba das emendas. Isso mudou em 2015, quando o Legislativo tornou impositivas as emendas individuais, aquelas indicadas por deputado e senador.

Em 2019, as emendas de bancada, colocadas pelo conjunto de parlamentares de cada Estado, ganharam o mesmo status.

Também naquele ano, o Legislativo alterou a Constituição para tornar toda a execução do Orçamento obrigatória. O Congresso criou ainda as emendas de relator, que estão no centro do orçamento secreto, e as transferências especiais, apelidadas de "cheque em branco", que repassam recursos a prefeitos e governadores para uso livre e sem fiscalização federal.

O comando do Congresso argumenta que a ampliação das emendas parlamentares é legítima.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou à reportagem que o "Orçamento é público e sua elaboração e destinação, transparentes".

Já o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), não quis se manifestar.

As alterações deram poder político ao Congresso, principalmente aos partidos do Centrão que passaram a ocupar postos-chave na cúpula do governo e também do Legislativo. Na semana passada, Bolsonaro, ao falar de orçamento, admitiu que as emendas ajudavam a acalmar o Congresso.

"O modelo não só abre espaço, como incentiva a corrupção", afirmou Mendes, que foi idealizador do teto de gastos - regra que limita o crescimento das despesas à **inflação**. "As emendas engessam o Orçamento e desequilibram a balança porque os parlamentares ficam com um poder muito grande de gastar sem a responsabilidade com a estabilidade fiscal, que cai nas costas do presidente e do ministro da Economia." Além de mexer nas regras, a mudança se traduziu em aumento do valor das emendas.

Em 2014, elas representavam R\$ 8,7 bilhões nas contas públicas.

Esse valor subiu para quase R\$ 36 bilhões neste ano.

Nos últimos quatro anos, o Congresso aprovou, em média, 7.733 emendas parlamentares.

Em 2022, 3.563 indicações - mais da metade do total - foram destinadas a localidades específicas (município ou Estado), em detrimento de ações de abrangência nacional.

ESTADOS UNIDOS. Pelo mesmo critério de apuração, os Estados Unidos aprovaram 285 emendas em 2021, o que representa apenas 2,4% da despesa total.

"O que o Brasil faz é uma aberração e acaba comprometendo muito a questão da democracia.

É preciso acabar com as emendas ou diminuir muito. O Executivo deveria fazer essa alocação e o parlamentar ser o responsável por fiscalizar", disse a diretora executiva do Instituto Millenium, Marina Helena Santos.

Mendes sugeriu o fim das verbas individuais, de bancada e as de relator. Ele defendeu as emendas de comissões, pelas quais deputados e senadores só

podem indicar recursos para ações de abrangência nacional e para as áreas que representam, como saúde, educação e segurança pública, o que aumentaria a qualidade dos repasses.

A proposta foi formalmente apresentada pelos consultores da Câmara Hélio Tollini e Paulo Bijos em 2021, mas está na contramão do que o Congresso tem feito na prática. "Vai ser muito difícil reverter isso", disse.

Modelo

Para economista, situação expõe ausência de conexão com políticas públicas e falta de planejamento

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CONGRESSO NO COMANDO

Brasil registra a maior captura do Orçamento pelos parlamentares em ranking de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

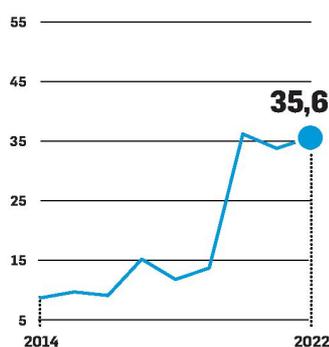
Alterações feitas pelo Legislativo no Orçamento*

EMENDAS (% ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO)

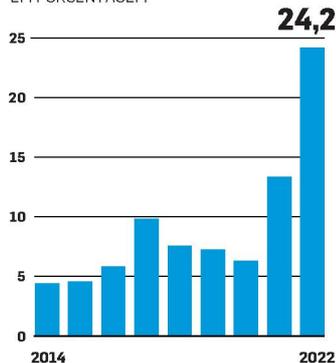
País	Alterações (%)
BRASIL (2022)	24,2
ESTÔNIA	12,13
ESLOVÁQUIA	5,53
ESTADOS UNIDOS	2,4
ISLÂNDIA	1,17
LUXEMBURGO	0,77
PORTUGAL	0,48
ESLOVÊNIA	0,4
COREIA DO SUL	0,32
FINLÂNDIA	0,12
FRANÇA	0,09
SUÍÇA	0,06
TURQUIA	0,03
ÁUSTRIA	0,01
NORUEGA	0
AUSTRÁLIA	0
CANADÁ	0
REPÚBLICA CHECA	0
DINAMARCA	0
IRLANDA	0
ISRAEL	0
ITÁLIA	0
JAPÃO	0
HOLANDA	0
NOVA ZELÂNDIA	0
SUÉCIA	0
REINO UNIDO	0
BÉLGICA	0
ESPANHA	0
ALEMANHA	-0,08

Evolução das emendas parlamentares no Brasil

EMENDAS
EM BILHÕES DE REAIS



ORÇAMENTO DISCRICIONÁRIO**
EM PORCENTAGEM



*LEVANTAMENTO COM BASE EM INFORMAÇÃO MAIS RECENTE DISPONÍVEL; POLÔNIA, MÉXICO, CHILE, GRÉCIA E HUNGRIA FORAM EXCLUÍDOS POR FALTA DE DADOS

**NÃO OBRIGATÓRIO

FONTES: OCDE E FMI - GFS, COM ELABORAÇÃO DE MARCOS MENDES; SIGA BRASIL, COM ELABORAÇÃO DE BROADCAST POLÍTICO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Economia chinesa cresce 4,8% no primeiro trimestre

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

"Apagão de dados" pode levar Copom usar informações defasadas; BC nega

Larissa Garcia De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187194

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187194